

2018

1º Semestre



Módulo Discursivo
Redação

VESTIBULAR FGV

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS – SP

Instruções para a Prova de REDAÇÃO:

- Confira se seu nome e RG estão corretos.
- Não se esqueça de assinar a capa deste caderno, no local indicado, com caneta azul ou preta.
- A duração total do Módulo Discursivo é de 4h.
- A redação deverá seguir as normas da língua escrita culta.
- O texto da redação deverá ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas escritas. Redações fora desses limites não serão corrigidas e receberão nota zero.
- A redação terá nota zero, caso haja fuga total ao tema ou à estrutura definidos na proposta apresentada.
- Transcreva o rascunho da redação para a folha definitiva. O que estiver escrito na folha de rascunho não será considerado para a correção.
- A redação deverá ser redigida com letra legível e, obrigatoriamente, com caneta de tinta azul ou preta. Redações que não seguirem essas instruções não serão corrigidas, recebendo, portanto, nota zero.
- É recomendável dar um título a sua redação.
- Não se identifique em nenhuma das folhas do corpo deste caderno, pois isso implicará risco de anulação.
- O candidato só poderá deixar definitivamente o local das provas depois de decorridas duas horas de seu início.
- Não haverá substituição deste caderno.
- O candidato é responsável pela devolução deste caderno ao fiscal de sala. Adverte-se que o candidato que se recusar a entregar este caderno, dentro do período estabelecido para realização das provas do Módulo Discursivo, terá automaticamente sua prova anulada.

NOME:

IDENTIDADE:

INSCRIÇÃO:

LOCAL:

DATA: 03/12/2017

SALA:

ORDEM:

Assinatura do Candidato: _____

ID: <<ID>>

REDAÇÃO

Sem avanço em direitos humanos, Brasil é constrangido na ONU

Desde a última vez em que foi alvo de uma Revisão Periódica Universal (RPU) no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2012, o Brasil avançou muito pouco no enfrentamento das muitas violações desses direitos.

Na última sexta (5), o país foi submetido a mais uma RPU e teve de prestar contas sobre sua situação desde as recomendações de revisões anteriores.

O sistema não envolve sanções, mas a estratégia chamada naming and shaming: envergonhar o país, jogando luz em suas persistentes violações, para obter uma reação mais efetiva dos Estados, preocupados com sua reputação internacional (e a consequência, para os negócios, dessas mazelas expostas).

Salvo a criação do instituto das audiências de custódia (de uso ainda muito localizado), do Estatuto das Pessoas com Deficiência e do Sistema Nacional de Combate e Prevenção da Tortura, não há muito o que comemorar.

Desde 2012, aumentaram os homicídios, dos quais o país é recordista mundial com quase 60 mil casos em 2015.

A violência policial seguiu em escalada, com um incremento de 42% das mortes provocadas por policiais civis e militares entre 2012 e 2015 e a exposição internacional de brutalidade na repressão de protestos de rua.

Os presídios foram mais abarrotados, e somam mais de 654 mil detentos, segundo o Conselho Nacional de Justiça, o que fomenta violações.

O domínio de facções do crime organizado e a carnificina que as disputas entre elas provocaram em presídios do país nos últimos anos são a consequência mais sombria da massa carcerária abandonada à própria sorte.

Na sessão da ONU, a ministra de Direitos Humanos, Luislinda Valois, anunciou que o Brasil vai reduzir em 10% a população carcerária até 2019. Trata-se de um compromisso tímido, anunciado sem maiores explicações.

Nos últimos anos, também emergiu com força a pauta do racismo institucional brasileiro, que expôs a maior vulnerabilidade dos negros a homicídios, tortura, violência policial e penas mais severas que as de seus pares brancos.

O tópico em que o país mais foi questionado foi o das políticas públicas voltadas para povos indígenas. Não é para menos. Na mesma semana em que um ataque a índios Gamela, no Maranhão, deixou dez feridos, teve início uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Funai-Incra, criada e dominada por deputados ruralistas, que se opõem à demarcação de terras indígenas, já em franca desaceleração desde o governo Dilma Rousseff (PT).

O país é signatário de boa parte dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos. A exemplo do que ocorre internamente, com leis e estatutos elaborados à luz das mesmas premissas, boa parte dessas cartilhas nunca se cumpre. A revisão da ONU é o momento em que a distância entre o de jure* e o de facto* é colocada à prova.

Fernanda Mena, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2017.

***Glossário:**

“de jure”: de direito;

“de facto”: de fato.

Com base no texto e em outras informações que você julgue relevantes, redija um texto dissertativo-argumentativo, no qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **Presente e futuro dos direitos humanos no Brasil.**

Rascunho da redação

O texto escrito nesta página não será considerado para a correção.

(Título)

5

10

15

20

25

30

Transcreva o rascunho da redação para a folha definitiva.

(Título)

5

10

15

20

25

30

SALA:

ORDEM :

ID:

VESTIBULAR  FGV

www.fgv.br/processoseletivo

0800 770 0423